

Museologia nômade e economia solidária:

Intervenções de educação popular patrimonial

Pedro Pereira Leite¹

Introdução

A era da globalização tem colocado o desenvolvimento sustentável na agenda pública. A Agenda 2030 das Nações Unidas, os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)², está assente em três pilares: economia, sociedade e ambiente. Apesar de muitas organizações culturais terem-se empenhado em diferentes fóruns, entre os quais sobressai a Agenda 21 para a Cultura³, não foi possível incluir de forma explícita a ligação entre a cultura e o desenvolvimento na agenda 2030.

Essa situação, se, por um lado, parece excluir as organizações culturais do empenho que todos temos que assumir nessa agenda universal, leva a que, por outro lado, as organizações culturais assumam o importante desafio de se afirmarem como cocriadoras do bem-estar e da felicidade comuns, bem como se afirmarem como produtoras de soluções de inovação nas comunidades locais. Argumentamos que as organizações culturais constituem os laboratórios de inovação e criatividade que permitem consolidar o conceito de dignidade humana como fator chave para atingir, de forma duradora e sustentável, os objetivos de uma humanidade a viver num mundo de justiça e prosperidade. No âmbito das organizações culturais, a educação popular patrimonial constitui um instrumento que se mostra relevante para intervir nos territórios através da participação das comunidades, criando novas narrativas a partir dos seus próprios saberes e tradições.

Uma museologia nômade

Ao olharmos para o nosso mundo neste nosso tempo, nós, a quem os cabelos se vão tornando brancos, não podemos deixar de sentir que tudo muda com uma velocidade cada vez mais rápida. Nos últimos cinquenta anos o mundo mudou rapidamente. Algumas promessas de mudanças e utopias concretizaram-se, outras

¹ Professor na Universidade Lusófona. Membro da Cátedra UNESCO "Educação, Cidadania e Diversidade Cultural". É membro do MINOM e da chapa do ICOM Portugal (2014-2020).

² <https://sustainabledevelopment.un.org/?menu=1300>

³ <http://www.agenda21culture.net/>

esfumaram-se no tempo. Velhas guerras são hoje miragens e novíssimas guerras tomam conta dos nossos quotidianos. As cidades transformam-se e crescem, continuando a atrair cada vez mais gentes e mais atividades. As velhas cidades europeias, com áreas delimitadas em bairros, diluem-se. As zonas industriais ficaram obsoletas nos processos de globalização. O ambiente tornou-se uma prioridade para as políticas públicas e, aqui e ali, crescem novos espaços verdes, alguns deles tornados hortas urbanas. Nas Américas, com elevadíssimas taxas de crescimento urbano, as cidades tornam-se espaços de elevadas densidades, lugares de problemas complexos e tensões sociais que desafiam a vida urbana.

Que lugar para os patrimônios (ou, se quisermos, do fratrimônio que dá conta da transformação semântica desse conceito) que tentam capturar os lugares vivos dessas cidades e dos seus patrimônios vividos? As velhas cidades, os seus bairros e as suas instituições acompanham essas tendências de transformação?

Infelizmente não são apenas as alterações tecnológicas que estão a confrontar as instituições. Não será a configuração das próprias instituições que acompanha com dificuldade as mudanças e transformações na sociedade urbana. Argumentamos neste artigo que o patrimônio é uma das áreas de mudança e de transformação da ação cultural na cidade. E se o patrimônio está a mudar, necessitamos ter instrumentos que trabalhem com a mudança.

O patrimônio tem estado baseado nos trabalhos de conservação. O trabalho do patrimônio e das instituições de memória (para simplificarmos) tem estado baseado na salvaguarda e nos seus processos de comunicação para usufruto, deleite e educação. Uma perspectiva estática da sociedade.

A reflexão epistemológica sobre museologia e patrimônio, bem como os estudos sobre a memória social estão, na sua maioria, contextualizados à segunda metade do século XX. No campo da memória social, a sua genealogia radica nos trabalhos de Henri Bergson, o filósofo francês que, na primeira metade do século XX, influencia o malgrado Maurice Halbwachs que, no seu trabalho *A Memória Coletiva*, procura estabelecer os seus princípios na sociologia. No campo da museologia, é conhecida a separação entre “museu”, enquanto instituição, do “patrimônio”, enquanto valor. Muito embora o patrimônio também possa ser um lugar, na segunda metade do século XX o conceito densificou-se. Ultrapassou os conceitos de monumento e de materialidade,

enquanto patrimônio construído, ou tornado objetivo semióforo num qualquer museu, alargando o seu campo de estudo a processos e às dimensões da imaterialidade⁴.

As três noções - memória, museu e patrimônio -, que gravitam em torno dessas instituições de memória, e têm raízes no passado europeu oitocentista (industrialista e nacionalista, colonial e patriarcal), foram-se reconfigurando ao longo da segunda metade do século XX, umas vezes por tensões internas, outras vezes por confrontos com dinâmicas sociais diversificadas, como aconteceu, por exemplo, nos processos emancipatórios na América do Sul. Neste texto, procuramos centrar-nos em um lugar europeu, para buscar entender as suas tensões internas.

A segunda metade do século XX europeu é marcada pelo fim de uma guerra mundial, com as consequências da ruína das suas cidades. A emergência da UNESCO enquanto organização mundial que emite orientações sobre o patrimônio, em colaboração com o ICOM, ICOMOS e ICROM, tem, num primeiro momento, preocupações de conservação (PRIMO, 2007). É uma época de consolidação das políticas públicas para a cultura e o patrimônio, orientadas pela sua salvaguarda e onde se dá continuidade aos princípios de comunicação que legitimam as grandes narrativas hegemônicas.

As políticas públicas europeias, ao longo da segunda metade do século XX, serão mercadas pela intervenção do Estado na formulação de políticas culturais à semelhança de outros domínios sociais, tais como a educação, saúde, habitação, assistência social, o trabalho, considerados como domínios do que se convencionou chamar “Estado Social”. Essas políticas são marcadas por duas tensões contraditórias próprias das raízes das filosofias das políticas públicas eurocêntricas: o centralismo de inspiração napoleônico, por um lado, e a livre iniciativa dos Estados do Norte da Europa de tradição protestante, por outro lado. Nessa última vertente, saliente-se a relevância dada à participação da sociedade civil, questão que, mais para a frente, detalhamos.

Nos anos oitenta do século XX a emergência do liberalismo econômico acentua a tensão com as intervenções públicas centralizadas. A narrativa apologética do neoliberalismo sobre a virtude do mercado livre e desregulado que seria, por si só, suficiente para satisfazer as necessidades sociais de sociedades “desenvolvidas”, e o colapso das economias de planejamento central no Leste, levaram a soluções de

⁴ Na nossa opinião a oposição material/imaterial deverá ser ultrapassado na museologia, tal como a oposição entre cultura e natureza. Veja-se LEITE, Pedro P. Museologia social e paisagens in **Informal Museology Studies**, nº 16, 2017.

compromisso entre o Estado e o mercado. A autonomia financeira dos estados europeus centralizou-se e ficou dependente do mercado da dívida, limitando fortemente os “investimentos” sociais.

Ainda que várias experiências de busca de alternativas para políticas públicas para a cultura sejam conhecidas noutros lugares do mundo - como sucedeu na experiência recente no Brasil com as políticas públicas orientadas para a diversidade cultural -, a tensão entre a função social do Estado e a função do mercado é, na Europa, uma questão que se torna relevante para a análise das questões das políticas públicas culturais e patrimoniais. Uma questão que é hoje também marcada pela universalização do fenómeno turismo e do consumo em massa dos territórios e dos seus bens patrimoniais, em espaços urbanos, que introduzem tensões nos usos do espaço e no “direito à memória”.

A mudança pode ser encarada como uma ameaça ou um oportunidade de intervir. Aqui interessa-nos trabalhar a questão do património como uma herança que serve para a vida. Olhar para os lugares das cidades que estão vivas e entender de que forma a cultura e o património podem ser formas de viver e criar inclusão e criatividade social.

No âmbito da Cátedra da UNESCO “Educação, Cidadania e Diversidade Cultural”, na ULHT, temos vindo a observar e a focar a análise dos nossos trabalhos nos espaços urbanos como lugares de vitalidade e transição: cidades-mundo. Lugares de vitalidade e de irradiação em função das dinâmicas demográficas e económicas que se instalam.

Faz uma trintena de anos que os processos de desindustrialização instalaram-se nas cidades europeias. Sabemos que a proposta do “ecomuseu” procurou dar uma resposta à questão da desindustrialização, bem como à questão ecológica que lhe estava associada. Houve várias experiências válidas e vários projetos que são ainda hoje relevantes. Mas esse movimento está longe de ser uma resposta à mudança (LEITE, 2017)⁵.

No final dos anos oitenta, cidades como Londres, Manchester e Cardiff na Inglaterra sofreram com a emergência do chamado liberalismo económico e financeiro, uma profunda transformação das funções dos seus espaços. A abertura das fronteiras e a

⁵ Veja-se também FILIPE, G.; VARINE, H. Que Futuro para os Ecomuseus? in *Al-Madan* - II série, nº 19, janeiro 2015, p 21-35. Disponível em: < https://www.academia.edu/21742401/Que_futuro_para_os_ecomuseus >. Acesso em: 25 de nov. de 2019.

emergência da China como espaço econômico de mão-de-obra qualificada e barata levou à transferência das indústrias e dos grandes espaços portuários para o Oriente, tornando-se as cidades recetoras de mercadorias. As áreas industriais despovoam-se: as docas de Londres e Cardiff; de Dublin, na Irlanda; de Barcelona e Bilbao, na Espanha; de Lisboa, em Portugal; as cidades dos automóveis nos Estados Unidos, Chicago e Detroit. Todas elas veem desaparecer as fábricas, as empresas e os empregos. Vastas áreas são abandonadas. Contingentes de trabalhadores ficam no desemprego, com mais ou menos apoio do Estado Social

Em alguns lugares instalam-se novas dinâmicas sociais e econômicas. Uma vez por iniciativa pública em projetos imobiliários, outras vezes apenas por ocupação dos espaços vazios por iniciativa dos movimentos sociais. Lisboa e a Expo 98 serão um exemplo do primeiro caso; Berlim, um exemplo do segundo caso.

Na Expo 98 emerge um espaço ordenado, com equipamentos clássicos urbanos. Entre equipamentos culturais foram pensadas várias unidades, como espaços simbólicos. O Oceanário, que explica a narrativa geradora da Exposição Universal: “A conservação dos oceanos”. O “Pavilhão do Conhecimento”, sede de um movimento de centros de ciências que o ministro da Ciência da época desenhou. O Teatro Camões, como espaço performativo. Outros foram pensados, e que nunca ganharam forma: o Pavilhão de Portugal, o Museu da Energia. Não há bibliotecas nem arquivos. A memória do sítio ficou registrada, mas só foi exibida em fotografia no espaço público 20 anos depois (2018). Um espaço urbano renovado, recuperando uma antiga zona industrial abandonada, fundado em lógicas imobiliárias, onde cultura e os seus equipamentos foram pensados como consumo e espetáculo.

O caso de Berlim, o fim do muro, produziu um súbito esvaziar da cidade a leste, lugares que se tornam espaço de residência para jovens artistas que transformam o espaço construído em espaço criativo coletivo. O negócio imobiliário chegará depois, valorizando o espaço pelas atividades que nele se desenvolvem, aproveitado o imobiliário envelhecido, que alimentam novos negócios.

Todos esses lugares são espaços de turismo. Por exemplo, em Lisboa, a gentrificação do seu espaço urbano resulta da mesma especulação imobiliária. Os residentes são afastados a troco de alojamento local e para novos habitantes, jovens europeus em busca de novas experiências em ambientes urbanos. Queixam-se os moradores que os bairros perdem as suas características. Com efeito o bairro de Alfama é hoje um bairro turístico debaixo do tema do fado. A Mouraria, um bairro que já é mais

turístico debaixo do tema da interculturalidade. A Baixa Pombalina, anos a fio abandonada à espera duma classificação como “patrimônio”, que nem proprietários nem poderes públicos desejavam, renova-se. O Bairro Alto é já zona de boemia, tendo-se estendida para o Cais do Sodré, com a das mulheres da vida a ser substituída pela “Pensão do amor” que mercantiliza, como espaço de consumo, o espaço da boemia.

Mas, contraditoriamente, nessas lógicas de especulação imobiliária, os lugares de turismo são também lugares de vitalidade. Se procuramos lugares de vitalidade temos que dialogar e enfrentar com o fenómeno do turismo. As antigas áreas industriais tornam-se espaços criativos. “*Hub criativo*” como agora a elite estrangeirada gosta de chamar a esses lugares de modernidade. Se queremos olhar para a economia criativa com base no patrimônio temos que entender o que se passa na dinâmica desses fenómenos e usá-los para criar ação emancipatória e coletiva.

Sendo esses fenómenos processos de mudança, que instrumentos estão disponíveis no campo da museologia e do patrimônio para trabalhar com a transformação? Esse é o trabalho de interrogação da epistemologia meridional da “museologia nômade”.

Um pensamento nômade

A museologia nômade está inspirada no pensamento de Gilles Deleuze, o filósofo autor do livro “Mil Platôs” em colaboração com Félix Guatteri. A museologia nômade é uma museologia que advoga a apetência do corpo em olhar o real de múltiplas formas.

Nômade é algo que está em trânsito, algo que não tem um lugar fixo. O pensamento nômade é, portanto, por analogia, um pensamento que não parte das premissas pré-estabelecidas do pensamento clássico, herdado de Sócrates e Platão, recuperado no Renascimento, e que marcou a Modernidade até ao século XIX. Um pensamento que têm como principais atributos, ou premissas, sinteticamente: a) a natureza é algo de exterior aos seres humanos e tem características boas ou virtuosas que necessitam de ser pesquisadas, e essa procura/encontro é possível de ser executada pelos seres humanos (os bons humanos, ou homens de boa-vontade); b) que o que há de bom na natureza pode ser encoberto (ofuscado) pelas paixões. O corpo, os seus impulsos e sentidos não são, *a priori*, instrumentos adequados para procurar essa verdade, e; c) é necessário um método para captura e compreensão da verdade. O acesso à bondade da natureza plena depende do rigor do método.

Através dessas premissas os pensamentos clássico e moderno admitem que é possível encontrar a verdade, como algo que existe independentemente do sujeito, através da aplicação rigorosa do método, e que, desse conhecimento, são possíveis estabelecer leis universais. A verdade é algo que está inscrito na natureza e que pode ser revelado por essas leis. Mais, se o processo de atingir essa verdade depende de um método, que é um exercício de olhar o mundo através de instrumentos (metodologias) adequados, o pensamento científico é o único processo que permite aos humanos alcançar a verdade.

Por consequência a verdade é algo que se situa fora do pensamento e do mundo das ideias e o pensamento científico, onde o sujeito observa o objeto como experiência, é o processo que permite aceder a essa verdade, algo que é absoluto, imutável. Essa verdade é uma realidade que se situa no mundo, num plano exterior das ideias e que pode ser acessível através da experiência metafísica do pensamento. Ora, a verdade, revelada pelo pensamento, como experiência metafísica, apresenta-se com algo de imaterial que não transita no tempo e no espaço. A verdade é imutável! Assim sendo, como é que o pensamento clássico aborda a mudança?

A teoria dos sistemas tem vindo a dar uma resposta a estas questões. Um sistema é visto como um conjunto organizado e autorregulado de funções. Quando essa autorregulação atinge um certo ponto de rutura, o sistema transforma-se, dando origem a outro sistema. Uma dialética de tensões que leva a uma evolução. A ideia de evolução é útil para entender a história de um dado sistema. No entanto, para olharmos essa evolução temos que estar situados num ponto de observação externo a esse sistema.

A questão é, pois, como conseguimos olhar para a mudança a partir do interior de um processo. A proposta do pensamento nômade, que se alicerça no pensamento crítico, afirma o carácter relativo da verdade porque depende das diferentes perspetivas do processo de observação. Ou seja, um mesmo fenómeno pode ser apreendido de diversas formas por diversas pessoas e por diversos motivos. Cada ponto de observação e cada subjetividade terá uma apreensão diferenciada de um mesmo fenómeno. O pensamento nômade filia-se às tradições filosóficas de Nietzsche, Deleuze e Foucault de procurar a poética da vida pela exploração dos seus limites.

Um campo onde se pode observar o pensamento nômade é o da produção artística. Bataille, Passolini, Godard, entre outros, são expressões de uma certa transgressão na sua forma poética. Comparando o pensamento clássico, platónico, que procura a mortificação do corpo para uma apreensão mais pura da verdade, o

pensamento nômade convoca e encontra o corpo como um espaço de resistência aos dispositivos de poder (no sentido de Foucault) e parte do corpo como exercício de libertação.

O pensamento nômade assume-se como um discurso e uma prática. Parte da experiência (matéria) para atingir o pensamento, o reflexivo. Afirma que é necessário um enfrentamento com o real para ativar a busca da verdade (que é, nessa medida, sempre relativa).

A museologia nômade é uma museologia que pratica a errância, que observa o excesso como sinal de transformação. Procura olhar para os sinais da rutura como lugares dos fenômenos de passagem. Passagens que, antes de serem sociais, são experiências individuais. Sendo a experiência individual, quando vivida coletivamente em diversos fenômenos sociais, tais como as festas ou os rituais, produz uma transformação. Esses lugares e experiências constituem-se então como espaços de contato onde existem condições ou possibilidades de arrebatamento e experiências de êxtase.

Para finalizarmos a nossa argumentação sobre a necessidade de desenvolvermos metodologias de análise na museologia que, ao invés de procurarem capturar regularidades, procuram capturar as mudanças e processos de transição, inserimos a proposta de uma museologia nômade como um processo de observação do real em transição. Na senda da proposta de Deleuze, para quem “o pensamento se define como um processo para enfrentar o caos e traçar planos para o enfrentar”, teremos que olhar para as três grandes formas do pensamento - a arte, a ciência e a filosofia (DELEUZE, 1982) - e interrogar o que está a ser feito na cidade para trabalhar com esses dados. Uma museologia nômade assume-se como um processo de mobilização das novas formas de existência urbana, de experiências singulares, que não se encaixam em quaisquer categorias pré-estabelecidas, sendo a própria categorização um modo de querer enquadrar essa singularidade em um papel pré-estabelecido, da qual ela, em sua natureza de transgressão, não procura. É, em suma, um posicionamento anárquico, antidogmático e criativo.

A questão da diversidade cultural e o mundo urbano

A última Convenção da Unesco, aprovada em 2005, com o título “*Convenção para a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais*” estabelece no seu artigo 13º a necessidade da “integração da cultura nas suas políticas de

desenvolvimento sustentável”. Contudo, em 2015, a Assembleia das Nações Unidas aprova a nova agenda dos “*Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*” (ODS), apoiada nos três pilares da economia, sociedade e ambiente. O lugar da cultura, por muitos defendido como o quarto pilar do Desenvolvimento Sustentável, não surge. Muitos afirmam que, mais uma vez, a cultura ficou minorizada.

Por outro lado, todos sabemos que o futuro da humanidade passa em grande medida pelas cidades. As aglomerações urbanas têm crescido exponencialmente, em número e em densidade e, sobretudo, como lugares de produção e consumo. Prevê-se que, até 2030, as cidades venham a albergar cerca de 70% da população mundial e que nelas sejam produzidos 80% da riqueza mundial. Estamos perante uma oportunidade e um imperativo de repensarmos as ações e as políticas urbanas. A cidade é um lugar de cultura e certamente não existiram cidades sustentáveis sem uma cultura ativa. É a partir das cidades que o setor das atividades criativas ligadas à cultura pode contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Defendemos que as cidades são ou deverão ser também cidades criativas⁶.

Afirmar as cidades a partir da criatividade implica trabalhar em dois planos: no plano das ações afirmativas dos direitos culturais⁷; e no plano da consolidação da economia criativa. Será da relação entre a afirmação da cultura como direito e a criação de valor social que surgirão oportunidades para a criação de uma boa parte do desenvolvimento de comunidades sustentáveis nas cidades e que, através da educação patrimonial, se pode trabalhar. Constituindo a economia criativa um instrumento de intervenção nas cidades para atingir os fins do desenvolvimento sustentável, de que modos as cidades podem se envolver nesses processos para se tornarem cidades criativas e criarem comunidades sustentáveis?

Um dos processos alicerça-se na educação patrimonial em contexto urbano. Uma educação que deverá ter por base a afirmação dos direitos culturais. A educação patrimonial, que se pode inserir no campo da afirmação dos direitos culturais, está inscrita nos diferentes instrumentos internacionais e nas constituições dos Estados. Não estamos a revelar nenhuma novidade. São objetos da lei que existem desde a Convenção

⁶ Esta é uma atividade que a UNESCO tem vindo a dinamizar através da Rede de Cidades Criativas. Conferir: <http://en.unesco.org/creative-cities/home>

⁷ Conferir: <http://www.culturalrights.net/es/>

da UNESCO de 1972⁸. O nosso desafio, no campo da educação patrimonial, é fazer com que a cultura seja também um processo de afirmação dos direitos dos sujeitos e que permita criar processos de transformação que essas normativas enunciam.

A educação patrimonial, enquanto processo de afirmação de direitos, permite adicionar à economia criativa um espaço de afirmação no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Ela ilustra o caminho que temos que percorrer para fazer com que as leis sejam mais do que enunciados no papel e possam constituir instrumentos de crescimento, capacitação e empoderamento nas comunidades. A educação patrimonial permite criar consciência sobre quem se é, sobre os outros e sobre o território e seus recursos.

Para quem trabalha com as questões do direito da cultura, usa como referência a Declaração de Friburgo⁹, que tem como objetivo garantir o acesso e o usufruto dos bens patrimoniais, bem com a livre criação, considerados como elementos agregadores da dignidade humana, questão intimamente associada aos direitos humanos. Essa questão está hoje no centro dos debates que levamos a cabo para entender o lugar da cultura no âmbito do desenvolvimento e da educação patrimonial¹⁰.

Cabe aos atores culturais, às suas associações e outras formas de organização reivindicar o lugar da cultura e o direito à cultura na agenda 2030 e manter uma ação de reivindicação da relevância da cultura para o tempo que vivemos. Em que dimensões poderemos então intervir?

Sabemos que a cultura é o ingrediente fundamental do processo de formação das identidades das comunidades. Um processo que se desenvolve em diversos níveis: individual, de grupos e famílias e de cultura. A contribuição para a formação das identidades é um dos elementos mais relevantes da ação cultural, pois fornece os elementos agregadores e de orientação. Mas a cultura não é apenas um quadro de referências identitárias. Ela é também a experiência da vivência em sociedade. A experiência vivida através do ato criativo, da comunicação, ou através do consumo dos bens culturais.

⁸ A Convenção da UNESCO, de 1972, para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural prevê, no seu artigo 27º, que os Estados promovam programas educativos. Conferir: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

⁹ Conferir: http://direitoshumanos.gddc.pt/3_20/IIIPAG3_20_4.htm

¹⁰ Em 2018, em Berlim, os Estados membros do Conselho da Europa, no âmbito do ano europeu do patrimônio cultural, assinaram o “Apelo para a Ação de Berlim”. Conferir: <http://www.europanostra.org/our-work/campaigns/berlin-call-action/>

Por essa razão os bens culturais têm que ser de acesso universal e necessitam de ter uma atividade de educação e formação. A cultura necessita de ser comunicada e é através da comunicação que se concretiza. É também através dela que se constroem os diálogos entre diferentes comunidades e que se assegura a sua diversidade. A cultura não é algo que seja passível de ser capturado e isolado da vida social. Só há cultura se for viva e vivida.

Sendo a cultura um campo bastante vasto, composta por pessoas, grupos e organizações que atuam em diferentes domínios, das artes, do espetáculo, da leitura e da escrita, da inovação e do património, não podemos deixar de convocar e refletir sobre a função social da museologia na educação patrimonial e o seu papel na sociedade atual.

A nova Recomendação da UNESCO sobre “museus, coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade”, aprovada em 2015¹¹, constitui hoje documento guia para os profissionais, chama a atenção para a relevância que as organizações culturais do património têm no mundo contemporâneo, em particular na intervenção na formação da cidadania nos lugares onde atuam.

É neste quadro que eu gostaria de chamar a atenção para a intervenção cultural e dos processos culturais patrimoniais para aquilo que poderemos considerar como a sua função social e apontar as suas possibilidades para o envolvimento das comunidades locais sustentáveis.

Museologia nômade e economia popular solidária: experiências associativa e cooperativa nas cidades-mundo

Ao longo dos diferentes argumentos que temos vindo a desenhar de proposta de uma museologia nômade como experiência urbana, temos questionado o lugar do património e dos seus agentes como exercício afirmativo dos direitos culturais.

Agora, para encerrar o debate, vamos introduzir uma reflexão final sobre a tensão que existe no nosso tempo entre os direitos individuais e direitos coletivos. De uma certa forma, as políticas públicas para a cultura estão centradas no papel do Estado. O Estado como protagonista da ação social. Um Estado mais ou menos democrático, que resulta de eleições, onde os protagonistas apresentam visões políticas que são ou não sancionadas pela sociedade, durante um determinado limite de tempo. Ao longo dos

¹¹ Conferir: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002463/246331m.pdf>

últimos anos, um dos temas de forte discussão no âmbito das políticas públicas situa-se sobre as questões da participação das comunidades nas definições dessas políticas.

Ou seja, se as políticas públicas para a cultura são sancionadas por visões políticas, por via de legitimidade representativa da democracia, os processos de democracia participativa, desenvolvidos através de órgãos mais ou menos atuantes na sociedade, permitem introduzir uma outra legitimidade deliberativa que, eventualmente, limitaria a ação discricionária dos atores estatais. A participação é vista como uma melhoria dos mecanismos de transparência e fiscalização pelo conjunto de atores com interesses na produção de cultura, ao mesmo tempo que permite adequar os desenhos das políticas públicas aos interesses dos atores e beneficiários. A museologia nômade, ao procurar ativar a função social da museologia na sua leitura contemporânea nas cidades criativas, tem também como campo de análise a observação sobre processos associativos como mecanismos de participação na sociedade no âmbito da afirmação dos direitos culturais.

A ação cidadã na comunidade tem que estar organizada. Por vezes a ação cultural na sociedade parece ter ficado refém das querelas entre políticas públicas entre o Estado (mais ou menos social) e o Mercado. Se olharmos para a tradição cidadã ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, sobretudo na Europa, mas também no continente americano, verificamos que existe um grande potencial associativo que serve de figura organizacional dessa ação solidária e popular.

Na tradição associativa convivem diversas tendências e posicionamentos. O protestantismo de raiz anglo-saxônica é talvez uma marca de intervenção assistencialista muito forte na sociedade. A tradição assistencialista mediterrânea terá sido capturada pelas políticas centralistas de tradição napoleônica. Segundo algumas críticas do pensamento associativo (LAVILLE, 2018), o estado nacional, ao longo do século XX, capturou a sociedade e tende a substituir-se à ação da sociedade através da criação de mecanismos de participação desenhados de forma centralista que não capturam os processos de transformação na sociedade. Esta contradição é uma, entre várias outras razões, para que muitas das tradições e experiências associativas tivessem perdido fôlego e expressão na sociedade.

Ainda assim, uma observação mais fina das realidades sociais permite observar que algumas das tradições associativas, mutualistas ou mesmo sindicais, foram-se adaptando e ganhando fôlego. Nas nossas cidades há alguma vitalidade das tradições libertárias de entreatjada, dos processos de educação popular, das economias populares e

das moedas alternativas. Verificamos que nas nossas cidades existem e convivem hoje outras tradições que se filiam à ação cidadã na busca do bem-comum¹². A museologia nômade propõe um campo de intervenção coletiva, no âmbito da economia criativa, que não tem que ficar dependente da economia de mercado, nem da dependência das políticas públicas centralizadas.

O associativismo patrimonial teve no passado, e ainda tem, uma expressão forte na produção de ação e criação culturais. Em muitos casos a educação patrimonial e museal é feita sobretudo por associações. Assim, cumpre interrogar se ele não poderá ser usado pela museologia como um processo de procura de sustentabilidade econômica na produção de inovação cultural e criatividade solidária nas nossas cidades.

É certo que no conceito de museu para o ICOM, encontra-se a definição de que se trata de uma “instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público” (ICOM, 2001), sendo que o caráter não lucrativo é, muitas vezes, sinônimo de ausência de atividade econômica. Contudo, não só o conceito de museu está em revisão, como também sabemos, pelo trabalho associativo, que “não ter fins-lucrativos” não significa que não possa ter atividade econômica. Ou seja, existe na sociedade um espaço e uma tradição que as associações patrimoniais podem usar para ganhar espaço de intervenção e ação no social. Esta é uma experiência que está em desenvolvimento no âmbito da cátedra da UNESCO “Educação, Cidadania e Diversidade Cultural”, onde procuramos desenvolver o conceito Cidade-Mundo como espaço patrimonial de economia criativa

Conclusão: lugares da educação patrimonial popular na cidade

Ao olharmos para o que é a educação patrimonial nas nossas cidades, verificamos que, na maioria dos casos, é uma atividade muito centrada nos museus e em algumas ofertas para ocupação de tempos livres, sobretudo dos alunos em férias escolares. Mas, como verificamos, em uma perspectiva de emancipação social e de construção da justiça cognitiva na sociedade, através do envolvimento e participação, a educação patrimonial pode afirmar-se como um instrumento de trabalho muito relevante para os processos museológicos numa perspectiva da afirmação dos direitos culturais de criação de uma economia popular criativa e inovadora.

¹² Para falarmos das tradições americanas, poderíamos usar o exemplo do Bem-Viver; no caso africano, do Ubuntu.

O campo dos direitos culturais envolve o direito à criação cultural, o direito ao usufruto da criação cultural, o direito à participação cultural e à participação na formulação das políticas públicas, os direitos de autor e o direito de usufruir a herança cultural. São cinco campos complexos que, noutro lugar, desenvolvemos¹³.

Interessa chamar a atenção para que, na maioria dos países, os diferentes textos dão cobertura jurídica e legislativa às questões dos direitos culturais. A questão da educação patrimonial não é uma ideia semiófora que as organizações culturais tenham que lutar. A educação patrimonial necessita sobretudo é de ações afirmativas que deem corpo às normas legais. É necessário que a educação patrimonial passe de objeto de lei para sujeito da lei. Isto é, que se concretize através de práticas que dão corpo ao que a legislação prevê. É também necessário que as ações afirmativas não sejam apenas declarações de intenções. Ações afirmativas dos direitos culturais devem também constituir-se como ações de vida para a sociedade, permitindo aos seus atores que alcancem a dignidade laboral.

As ações afirmativas permitem concretizar, no terreno, os nossos desejos e aspirações. Há que portanto ousar afirmar a voz coletiva das comunidades. Só podemos ter aquilo que alcançamos, e só podemos conservar aquilo que usamos. Se não ousarmos afirmar os nossos direitos culturais, não servirá de nada eles estarem inscritos em belas palavras, guardados em grandes tratados que todos elogiam. O direito cultural implica também o dever de afirmar esse direito e as associações devem dispor de capacidade necessária para os concretizar de forma sustentável.

A educação popular patrimonial apresenta um conjunto variado de possibilidades que permitem atuar no campo das ações afirmativas no direito à cultura. Elas podem consistir em ações de capacitação de pessoas e comunidades, orientadas para ações de transformação social. Elas podem constituir lugares de encontro nas comunidades para criar pontes e ligar pessoas. Elas podem constituir laboratórios criativos. O que é relevante para essas ações é que elas contribuam para passar de um modo contemplativo do património, para um modo de ação criativo com base nos patrimónios e heranças das comunidades

Criar uma consciência crítica sobre o território, sobre as comunidades e sobre as suas heranças é uma das formas de dotar os processos museológicos de uma relevante função social. Mas é também necessário ter em atenção que essas ações devem criar

¹³ Veja-se LEITE, P. P. Sociomuseologia e Dignidade Humana. Lisboa, Marca d'Água, 2017.

condições para que as comunidades atuem no território, que dele se apropriem e ganhem controle, de forma a fazer com o que seja sonhado seja possível de se concretizar.

É importante ter em atenção que a educação patrimonial fornece os instrumentos para criar e inovar. Não se substitui à ação das comunidades. Nesse sentido, não é uma alternativa ao desenvolvimento, mas um instrumento para o desenvolvimento. Uma ferramenta que torna possível a criação de alternativas e que apenas acontece quando as comunidades se apropriam desse instrumento. Por exemplo, pode ser um instrumento para ultrapassar as visões tecnocráticas dos projetos, contribuindo para identificar, em primeiro lugar as necessidades dos lugares e das suas comunidades e para cocriar objetivos de ação comuns a partir da dignidade humana que estimulem a participação da comunidade.

O exercício das ações afirmativas de educação patrimonial na cidade desenvolve os mecanismos de participação na governança local, aproxima os processos de decisão às necessidades dos territórios e das comunidades, e incrementa a inserção das ações culturais no campo da economia, contribuindo para a sustentabilidade local e a criação de empregos criativos. É, em suma, uma oportunidade para a economia criativa e para as cidades criarem inovação social. Ao mesmo tempo que aumenta as responsabilidades dos atores locais, aumenta a responsabilidade das políticas públicas e contribui para criar uma responsabilidade social nas organizações sociais.

Bibliografia

ANDERSON, R. B. **Imagined Communities**. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. London: Verso, 1991.

APPADURAI, A. **Dimensões Culturais da Globalização**. Lisboa: Teorema, 2004.

BHABHA, H. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**: Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2008.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. Volume II.

DELEUZE, G. **A Era do Infinito**. Lisboa: Relógio d'Água, 1982.

DELEUZE, G.; GUATARI, F. **Mil Planaltos**: Capitalismo e Esquizofrenia. Lisboa: Assírio e Alvim, 2007.

FERNANDES, T. **A sociedade civil**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014.

FILIPE, G.; Varine, H. Que Futuro para os Ecomuseus? in **Al-maden**, II série, nº 19, janeiro 2015, pp 21-35. Disponível em: < https://www.academia.edu/21742401/Que_futuro_para_os_ecomuseus >. Acesso em: nov. 2019.

FOUCAULT, M. **L' archéologie du savoir**. Paris : Gallimard, 1969.

_____. **As palavras e as coisas**. Lisboa: Portugália Editora, 1966.

LANGFIELD, M. et al. **Cultural Diversity, Heritage and Human Rights**. London; New York: Routledge, 2010.

LAVILLE, J.-L. **A Economia Social e Solidária**. Coimbra: Almedina, 2018.

LEITE, P. P. Cultura e Desenvolvimento? in **Informal Museology Studies**, nº 11, 2015. Disponível em: < <https://informalmuseology.wordpress.com/informal-museology-studies/11-cultura-e-desenvolvimento/> >. Acesso em: nov. 2019.

_____. Estudos sobre Museologia Insurgente in **Informal Museology Studies**, nº 20, Ilha de Moçambique, Marca D Água, 2018. Disponível em: < <https://informalmuseology.wordpress.com/museologia-insurgente-e-movimentos-sociais/> >. Acesso em: nov. 2019.

_____. Excesso e Museologia Nómada in **Informal Museology Studies**, nº 12, 2016. Disponível em: < <https://informalmuseology.wordpress.com/informal-museology-studies/12-excessos-e-museologia-nomada/> >. Acesso em: nov. 2019.

_____. **Sociomuseologia e Dignidade Humana**. Lisboa: Marca d'Água, 2017.

_____. A Nova Recomendação da UNESCO sobre Museus Coleções sua Diversidade e Função Social, in **Informal Museology Studies**, nº 13, 2016. Disponível em: < <https://informalmuseology.wordpress.com/informal-museology-studies/13-a-nova-recomendacao-da-unesco-sobre-museus-colecoes-sua-diversidade-e-funcao-social/> >. Acesso em: nov. 2019.

_____. Museologia Social e Educação Popular Patrimonial in **Informal Museology Studies**, nº 16, 2016. Disponível em: < https://www.academia.edu/32006856/Museologia_Social_e_Educa%C3%A7%C3%A3o_Popular_Patrimonial >. Acesso em: nov. 2019.

_____. Museologia Social e Paisagens in **Informal Museology Studies**, nº 19, 2017. Disponível em: < https://www.academia.edu/35956985/Museologia_social_e_Paisagens_emerg%C3%Aancia_da_educa%C3%A7%C3%A3o_patrimonial >. Acesso em: nov. 2019.

MARTINELLI, A. **Cultura y Desarrollo**. Un compromiso para la libertad y el bienestar. Madrid: Fundación Carolina; Ed. S. XXI, 2010.

PRIMO, J. **A Museologia e as Políticas Culturais Europeias: o Caso Português.** Ed. Amazon, 2016. Disponível em: <
<http://repositorio.uportu.pt/bitstream/11328/584/2/TDE%205.pdf> >. Acesso em: nov. 2019.

RUBIN, M. S. Política Cultural um Fenómeno Ocidental in **Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas.** Lisboa, ICS, 2010. p 249-270.

TIROLE, J. **Economia do Bem-comum.** Lisboa: Guerra e Paz, 2018.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** Paris, 1972

UNESCO. **Cultural Indicators of Human Development: Towards an African Perspective Strategy Document from the International Seminar and Task Force Meeting** Maputo, March and August 2004.

UNESCO. **Políticas Culturais para o Desenvolvimento.** Brasil, 2003.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.